

EXMO. SENHOR PREGOEIRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO – SEGES – CENTRAL DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Pregão Eletrônico nº 114/2020

Processo administrativo: ° 1586488/2020

MADE INFORMÁTICA LTDA, representada pelo seu sócio, **já qualificada nos autos** vem, apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da decisão de desclassificação da **MADE INFORMÁTICA LTDA**.

DA TEMPESTIVIDADE

A intenção do recurso foi manifestada no dia 17/07/2020, conforme dispõe o edital:

8.9. Manifestada a intenção de interpor recurso, o recorrente terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de seu recurso, EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA PROVEDOR, acompanhada de documentos que comprovem a habilitação do subscritor para agir em nome da recorrente, a partir da data do término da manifestação no sistema, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias e na mesma forma, cujo prazo correrá a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada, em qualquer caso, vistas imediatas dos autos.

Sendo assim, o primeiro dia útil de contagem do prazo foi o dia 20/07/2020, e o dia limite para interposição das razões é o dia 22/07/2020. Por tais razões, o presente recurso é **tempestivo**.

DOS FATOS E FUNDAMENTOS

Cuida-se de procedimento de Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, para registro de preços visando futuras e eventuais aquisições de SFP CISCO (GBIC), equipamentos para redes de fibra ótica.

Ato contínuo, a recorrente foi declarada inabilitada pela Comissão Técnica, sob o seguinte argumento: “O atestado não menciona o item: venda de módulo de fibra SFP. Não comprovou o quantitativo”.

Todavia, a decisão de inabilitação da recorrente pela Comissão Técnica não se revela adequada, uma vez que **exigência de atestado que comprove quantitativo de venda** de módulo de fibra SFP é **absolutamente excessiva e desnecessária**. Isso porque, a empresa recorrente possui comprovadamente extenso *know-how* instalação e manutenção de redes, fator este suficiente ao cumprimento do objeto da licitação.

Primeiramente, é preciso reconhecer que exigir a comprovação de quantitativo de venda de uma nova tecnologia no mercado caracteriza **limitação de concorrência**. De acordo com a Lei de Licitações (8.666/93)¹, é vedado aos agentes públicos incluir nos atos de convocação condições que comprometam o caráter competitivo.

Neste caso, a limitação do caráter competitivo se configura uma vez que **a exigência quantitativa em questão não caracteriza aspecto necessário ao estrito cumprimento do contrato**.

A jurisprudência pátria é uníssona no entendimento de que, a não ser que as informações apresentadas sejam determinantes para a definição do objeto, **a licitante não poderá ser desclassificada por omissão de um fator irrelevante**. Nesse sentido, são os precedentes do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e do Tribunal de Justiça de Pernambuco:

MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - EXIGÊNCIA DO EDITAL
ABSOLUTAMENTE INÚTIL - DESCONSIDERAÇÃO - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO
- NULIDADE INEXISTENTE - SEGURANÇA DENEGADA No processo licitatório

¹ Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

(Lei n. 8.666 /93), **o princípio do procedimento formal "não significa que a Administração deva ser formalista a ponto de fazer exigências inúteis ou desnecessárias à licitação, como também não quer dizer que se deva anular o procedimento ou o julgamento, ou inabilitar licitantes, ou desclassificar propostas diante de simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que tais omissões ou irregularidades sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes"** (Hely Lopes Meirelles) (Tribunal de Justiça de Santa Catarina TJ-SC - Mandado de Segurança : MS 88647 SC 1997.008864-7)

Ementa: EXIGÊNCIAS INÚTEIS E DESNECESSÁRIAS. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR INDEFERIDA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROVIMENTO. Não é razoável a desclassificação da Recorrente pelo simples fato de não ter adequado o seu Estatuto Social, até 11 de janeiro de 2007, como determina os arts. 62 , 2.031 e 2.032 do Código Civil de 2002. **O caráter formalista e burocrático de tal decisão, atrelado ao apego exacerbado à literalidade, olvidando de sua flexibilidade e poder de conformação frente à mutabilidade social, levou o juízo singular e a Comissão Licitante a desprezar o fim precípua do instituto licitatório, que é a oportunidade de oferecer à Administração Pública as propostas mais vantajosas, respeitados os limites e exigência de cada caso.** Permitir o prosseguimento da licitação, sem se definir todos os seus legítimos classificados, significa instaurar uma situação de insegurança jurídica para os mesmos, pois, concretizando-se a adjudicação da obra licitada a determinado concorrente, antes do julgamento do mérito do writ impetrado, haverá o risco de eventual anulação do procedimento, prolongando-se, ainda mais, o início da obra, relativa a serviço público essencial, prejudicando, principalmente a coletividade a que se destina. Agravo de Instrumento provido, tornando definitiva a liminar deferida.

Ademais, conforme o inciso I do art. 8º do Decreto nº 3.555/2000, que regula os procedimentos de pregão no âmbito da União, ao termo de referência é vedada a inserção de exigência de especificações irrelevantes ou desnecessárias, como é o caso da especificação da quantidade de equipamentos de SFP já fornecidos:

Art. 8º A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:

I - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do fornecimento, devendo estar refletida no termo de referência;

Acrescenta-se, ainda, que Decreto 10.024/2019, o qual regulamenta a licitação na modalidade pregão eletrônico para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, dispõe o seguinte:

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

XI - termo de referência - documento elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, que deverá conter:

a) os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações:

[...]

1. a definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame;

Logo, é evidente que a licitante não pode ser desclassificada por uma exigência de comprovação de vendas anteriores, que se revela excessiva, desnecessária e irrelevante ao objeto da licitação (aquisição de produto) e limitadora da concorrência.

Como já destacado, a licitante possui extenso *know-how* quando se trata de instalação e manutenção de redes, fato este devidamente comprovado por atestado apresentado.

Neste ponto, insta esclarecer que, um SFP, ou *Small Form Factor Pluggable*, é um transceptor compacto e *hot-swappable* projetado para suportar Ethernet de 100/1000Mbps, *Fibre Channel* e SONET, entre outros padrões de comunicação. Os transceptores SFP suportam velocidades de até 4,25 Gbps e são geralmente usados em aplicações de telecomunicações e comunicação de dados. Portas SFP são encontradas em uma gama de dispositivos, de switches Ethernet a roteadores, placas NIC e firewalls.

Isto é, cuida-se de uma plataforma totalmente *plug and play*², ou seja, a forma de instalação deste padrão de rede não se difere dos padrões de instalação das outras plataformas de rede em que a empresa comprovadamente atuou e forneceu equipamentos.




Assim, tem-se que o padrão SFP é similar aos demais padrões de equipamentos em que a empresa comprovadamente possui *know-how*.

Soma-se a isso, o fato da empresa, ora recorrente, ser reconhecida como *partner*³ (anexo) da CISCO Systems, Inc., que é a empresa multinacional responsável por desenvolver a tecnologia acima mencionada, conforme se pode atestar no *site* da mesma:

² Criada em 1993, esta expressão foi utilizada na área de informática para definir a capacidade de um computador reconhecer e configurar automaticamente qualquer periférico instalado, como por exemplo, um pendrive.

No entanto, esta expressão tornou-se um conceito mercadológico, e pode ser utilizada para definir equipamentos ou soluções prontas para uso. Este é o caso de vídeo games, eletrodomésticos, carros, dentre outros produtos.

³ Empresas reconhecidas pela CISCO Systems, Inc., que prestam consultoria, trabalham com integração e desenvolvimento e vendem soluções desenvolvidas pela mesma.



How to Buy /

Find a Cisco Partner

Search by:

Capability and Fit Partner Name

Location (Up to 8 selections)

Q Enter City, State or Country

Current Location: BRAZIL ✕ [Clear Location](#)

Partner Name * * required

Q MADE INFORMATICA LTDA ME, BRAZIL ✕

[Search](#) [Reset Search](#)

Tal fato, já é mais que suficiente para demonstrar a capacidade técnica de fornecimento pela empresa licitante.

Além do mais, considerando que se cuida de ata de registro de preço para futura **aquisição** e não **instalação** deste tipo de equipamento, **é necessário apenas demonstrar a capacidade de conhecimento do mercado e dos fornecedores de equipamentos e soluções para redes**, o que a recorrente cumpre devidamente. E, ainda que se considerasse o serviço de instalação de SFP, a mesma também teria capacidade técnica para tanto.

Cumpramos ressaltar ainda que, o objetivo do registro de preço é saber se os licitantes possuem meios e fornecedores para disponibilizar o produto ao ente público no momento em que for solicitado, logo, **ao trazer uma cotação dos produtos solicitados, a empresa licitante demonstra de forma indubitável, a sua capacidade fornecer os produtos em tempo hábil, quando sobrevier a ordem de compra, o que, frise-se, é o real objetivo da ata de registro de preços.**

Cabe mencionar o Acórdão n.º 2277/18 do Tribunal Pleno do TCE-PR (Processo 25605818) publicado em 15/10/2018, no qual o Tribunal considerou que a exigência de atestado de vendas anteriores restringe o caráter competitivo do certame, uma vez que o objeto da licitação consistia na **aquisição** de um ônibus e o Administrador pode verificar a capacidade econômica e a idoneidade da licitante por outros meios, vejamos:

(...) Exigência de dois atestados comprobatórios de vendas anteriores. Restrição indevida ao caráter competitivo, considerando que o objeto da licitação consiste simplesmente na aquisição de um ônibus. Possibilidade de o Administrador verificar a idoneidade e a

capacidade econômica da licitante por outros meios. Procedência da impugnação. Concordância do Município na alteração da cláusula. (TCE-PR 25605818, Relator: SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 15/10/2018)

Isto posto, conclui-se que ao desclassificar a empresa recorrente, por não especificar a quantidade de módulos de fibra SFP vendidos anteriormente, a licitante **inviabiliza qualquer possibilidade de concorrência**, além de concorrer para um **direcionamento indevido do processo licitatório**.

Assim, destaca-se que Tribunal de Contas da União, já decidiu no sentido de que não seria necessária a inclusão de novas informações, ou documentos, se as constantes na proposta apresentada já fossem suficientes, ou mais detalhadas do que exigido pelo edital.

Portanto, a participante não pode ser penalizada por deixar de apresentar informações que não são necessárias para a comprovação da capacidade técnica da fornecedora em buscar no mercado as soluções e produtos solicitados pela licitante.

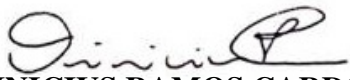
Por fim, destaca-se que a desclassificação da empresa recorrente por exigência desnecessária fere o interesse público, uma vez que não seria eleita a proposta de menor preço, em prejuízo ao erário. Assim, impera que a decisão de desclassificação seja reformada, sempre em benefício do erário.

DOS PEDIDOS

Por tais razões, a decisão de desclassificação da **MADE INFORMÁTICA LTDA ME**, **deverá ser reformada** para que a mesma seja declarada habilitada e prossiga no processo licitatório.

Nesses termos pede deferimento.

Vitória/ES, 22 de julho de 2020.


VINICIUS RAMOS CARDOSO
RG: 3.233.922 – SSP/ES
CPF: 128.921.287-22
PROCURADOR
MADE INFORMÁTICA LTDA. ME
07.900.357/0001-75

07 900 357/0001-75
MADE INFORMÁTICA LTDA.
Av. Marechal Campos, nº 329 - Loja 01
Bairro de Lourdes - CEP: 29042-755
VITÓRIA - ES